

de Juniores (Almada 94), Campeonato do Mundo de Juniores (Porto 96) e Campeonato de Judo organizado no âmbito das Jornadas Olímpicas da Juventude Europeia (Lisboa 97). Colaborou com a Federação Académica do Desporto Universitário (FADU) na preparação e participação da selecção universitária de judo nas Universiadas de Fukuoka'95 e nos Campeonatos do Mundo Universitários de Judo (Canadá, 1996).

Em 1997 é requisitado pelo Ministério da Educação para a coordenação dos Serviços Técnico-Desportivos do Estádio Universitário de Lisboa, para o exercício das seguintes funções de gestão desportiva: gestão e conservação das instalações e equipamentos desportivos; promoção e desenvolvimento da actividade física e desportiva; coordenação e supervisão de operações de manutenção; coordenação e supervisão dos recursos humanos e materiais; concepção e planeamento dos serviços técnico-desportivos, bem como o estabelecimento e aplicação de critérios de organização, regulamentação e funcionamento dos mesmos Serviços.

Foi nomeado, em comissão de serviço, no cargo de director do Estádio Universitário de Lisboa, conforme o despacho, do Ministro da Educação, n.º 18 658/2000, de 7 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 213, de 14 de Setembro de 2000. Posteriormente, viria a ser nomeado presidente do Estádio Universitário de Lisboa pelo despacho conjunto n.º 139/2003, de 30 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 33, de 8 de Fevereiro de 2003. É membro do conselho administrativo do Estádio Universitário de Lisboa desde 1997.

Integrou a Comissão Nacional de Coordenação para o Ano Europeu da Educação pelo Desporto (AEED-2004), em representação do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, através do despacho n.º 23 700/2003, de 6 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 282, de 6 de Dezembro de 2003. Em 2004 foi presidente da comissão organizadora do FISUforum Lisboa 2004, tendo no mesmo ano integrado a comissão para o plano de desenvolvimento do Estádio Universitário de Coimbra, em representação do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior.

Ao nível internacional, exerce funções de secretário-geral da European Network of Academic Sports Services (ENAS) desde 2001.

**Despacho conjunto n.º 1103/2005.** — 1 — Ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 19.º e do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e tendo em conta o n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 205/2002, de 7 de Outubro, e o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, é renovada a nomeação, em comissão de serviço, no cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Dr. António Raul da Costa Tôrres Capaz Coelho.

2 — Atento o disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado é autorizado a exercer actividade de docência no ensino superior.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de Dezembro de 2005.

13 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

### Curriculum vitae

(síntese)

Nome e idade — António Raul da Costa Tôrres Capaz Coelho, de 44 anos de idade.

Cargo actual — secretário-geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, serviço da administração pública central que tem implementado um sistema de gestão da qualidade segundo o referencial da norma NP EN ISO 9001:2000 desde 3 de Março de 2005, tendo sido o primeiro serviço da administração pública central a ser certificado pela APCER — Associação Portuguesa de Certificação, relativamente a todas as áreas de intervenção.

Lugar de origem — assessor principal da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Habilitações académicas e formação complementar:

Mestrado «Direito em acção» pelo Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa, parte escolar concluída, encontrando-se suspenso o prazo para apresentação da dissertação;

Pós-graduação em Direito da Sociedade da Informação pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual;

Pós-graduação em Ciências Jurídicas, «Direito em acção», pelo Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa;

Pós-graduação em Estudos Europeus, dominante Jurídica, pelo Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Lisboa;

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Lisboa;

Diversos cursos de formação profissional, designadamente nas áreas do direito, das finanças públicas, da gestão e da administração pública e da informática.

Experiência profissional:

2005 — desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), após a tomada de posse do XVII Governo Constitucional;

2004 — desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior (MCIES), XVI Governo Constitucional;

2002-2004 — desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência e do Ensino Superior (MCES), XV Governo Constitucional;

2002 — Nomeado definitivamente assessor principal da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas; 1997-2002:

Desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), XIII e XIV Governos Constitucionais;

Nomeado assessor da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1997:

Desempenho do cargo de adjunto do secretário-geral do Ministério da Ciência e da Tecnologia;

Nomeado definitivamente técnico superior principal da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1996-1997 — nomeado adjunto para os assuntos jurídicos do Ministro da Ciência e da Tecnologia, XIII Governo Constitucional;

1994-1996 — desempenho do cargo de director de serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1994 — nomeado definitivamente técnico superior de 1.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1993:

Nomeado director dos Serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura;

Nomeado chefe da Divisão de Apoio Jurídico da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura;

Nomeado técnico superior de 2.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura;

1987-1993 — desempenho de diferentes cargos em gabinetes de membros do Governo, incluindo os de chefe de gabinete, conselheiro técnico e assessor;

1987-1991 — exercício da actividade de advocacia, em colaboração, no escritório do Dr. António J. Mendes de Almeida;

1986-1987 — realização do estágio de advocacia no escritório do Prof. Doutor José Maria Gaspar, tendo sido inscrito na Ordem dos Advogados em 1987.

Outras actividades e referências curriculares de maior destaque:

Representa o MCTES e representou o MCIES na Comissão para a Reavaliação dos Institutos Públicos;

Representou o MCIES no NAR (núcleo de acompanhamento da reforma) da Administração Pública;

Representou o MCES no grupo de trabalho interministerial no âmbito da «Estratégia da mobilidade»;

Representou o MCIES e o MCES na operacionalização da reforma da Administração Pública — áreas de actuação e metodologias de aplicação;

Representou o MCIES e o MCES na Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública;

Representou o MCIES e o MCES nas *task forces* II) Portal do Cidadão, IV) Racionalização dos custos das comunicações,

V) Portal do Governo e VI) Compras electrónicas; Coordenou o Núcleo de Modernização Administrativa do MCT;

Representou o MCT no Conselho da Qualidade em Serviços Públicos (CQSP);  
 Coordenou a *task force* do ano 2000, criada no âmbito do MCT;  
 Foi membro do conselho geral do Pavilhão do Conhecimento;  
 Foi vogal da comissão de remunerações da sociedade Portugal 2001, S. A.;  
 Foi vogal da comissão de remunerações da Agência de Inovação, S. A.;  
 Representou o MCT no conselho coordenador do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado;  
 Representou o MCT na Rede Interministerial de Modernização Administrativa;  
 Foi vogal do conselho fiscal da associação privada sem fins lucrativos denominada Ciência Viva — Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica;  
 Concorreu, em co-autoria, ao Prémio Descartes 2000, com o trabalho «Manual do funcionário do MCT»;  
 Presidiu ao júri do concurso público para avaliação dos *web sites* da administração pública portuguesa.

Tem participado, na qualidade de membro do júri, em múltiplos concursos públicos, bem como em diversas conferências e seminários, internacionais e nacionais, sendo, igualmente, autor de vários projectos de diplomas legais e de diversos trabalhos de investigação realizados, nomeadamente, nas áreas do direito e da Administração Pública.

Possui diversos louvores públicos pelas funções desempenhadas.

**Despacho conjunto n.º 1104/2005.** — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e tendo em conta o n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 205/2002, de 7 de Outubro, e o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, é nomeada, em comissão de serviço, no cargo de inspector-geral da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a Dr.ª Maria Helena Sil de Almeida Dias Ferreira, presentemente titular do cargo de subinspector-geral da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior por dispor do perfil adequado ao desempenho das funções para que agora é nomeada.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de Dezembro de 2005.

13 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

#### Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Maria Helena Sil de Almeida Dias Ferreira;  
 Data de nascimento — 11 de Janeiro de 1948;  
 Categoria de origem — inspector superior principal do quadro de pessoal da IGCIES.

2 — Situação profissional actual — subinspectora-geral da Ciência, Inovação e Ensino Superior.

3 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;  
 Pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Lusíada;  
 Pós-graduação em Direito de Educação pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

4 — Percurso profissional — exerceu funções no Ministério da Educação, desde 1972, e no Ministério da Ciência e do Ensino Superior, desde 2002:

4.1 — Como técnica superior:

Na Inspeção-Geral do Ensino Particular;  
 Na Direcção-Geral de Pessoal, Inspeção Administrativo-Financeira;  
 Na Inspeção-Geral de Ensino;  
 Na Inspeção-Geral de Educação, onde transitou para a carreira técnica de inspeção superior;

4.2 — Como dirigente:

Directora do Gabinete Técnico-Jurídico da Inspeção-Geral de Ensino, desde 18 de Setembro de 1984;  
 Chefe da Divisão de Organização da Secretaria-Geral do Ministério da Educação;  
 Directora de serviços do Departamento Técnico da Inspeção-Geral da Educação, desde 16 de Setembro de 1991;  
 Coordenadora do Núcleo de Apoio Técnico Jurídico da Inspeção-Geral de Educação, por despacho publicado em 29 de Junho de 1993;  
 Directora do Gabinete de Acompanhamento Técnico-Inspectivo da Delegação Regional do Algarve da Inspeção-Geral de Educação, por despacho de 11 de Julho de 1996;

Directora do Gabinete de Apoio Jurídico da Inspeção-Geral de Educação, por despacho publicado em 29 de Junho de 1997;

Coordenadora do Núcleo de Inspeção do Ensino Superior da Inspeção-Geral de Educação, desde 2 de Janeiro de 2000;  
 Subinspectora-geral da Ciência e do Ensino Superior, desde 2 de Dezembro de 2002.

5 — Outras funções desempenhadas:

Exerceu advocacia até 1984;  
 Representou a Inspeção-Geral da Educação no Conselho Coordenador do Ensino Particular e Cooperativo;  
 Representou o Ministério da Educação na Comissão de Apoio às Cooperativas, mais tarde Instituto António Sérgio;  
 Representou o Ministério da Educação na Comissão para a Política Social Relativa à Mulher, mais tarde Comissão da Condição Feminina;  
 Representou o Ministério da Educação em comissões interministeriais presididas pelo Ministério do Trabalho;  
 Coordenadora do grupo de trabalho interdepartamental para a regulamentação da criação de escolas do ensino particular e cooperativo;  
 Monitora de acções de formação da Inspeção-Geral da Educação e das Inspeções Regionais de Educação da Madeira e dos Açores, bem como de seminários em cursos de estudos superiores especializados em matérias jurídico-administrativas;  
 Responsável pela publicação do *Boletim do Gabinete Jurídico* da IGE e, desde 1992, pelo boletim da IGE *In-Formação*, coordenando o seu conselho redactorial e sendo autora de vários textos, nomeadamente da rubrica «Quid juris»;  
 Prelectora de comunicações nos 2.º e 3.º Encontros INA, que decorreram na Fundação Gulbenkian e tiveram como tema, respectivamente, «Deontologia e ética do funcionalismo: O funcionalismo, o poder político e o cidadão» e «Autonomia, controlo e responsabilização na Administração Pública Portuguesa»;  
 Dirigente máxima da Inspeção-Geral da Ciência, Inovação e Ensino Superior, desde Março de 2005.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CULTURA

**Despacho conjunto n.º 1105/2005.** — 1 — Considerando o disposto na alínea a) do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 181/2003, de 16 de Agosto, e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e tendo em conta que o currículo académico e profissional publicado em anexo evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissionais necessárias ao cargo em que é investido, é nomeado, em comissão de serviço, no cargo de director do Instituto das Artes o mestre Jorge Manuel dos Santos Vaz de Carvalho.

2 — Ao abrigo do n.º 5 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o ora nomeado exercerá, em comissão de serviço, o cargo de director do Instituto das Artes em acumulação com o cargo de director da Orquestra Nacional do Porto, sem direito a acumulação das remunerações.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 7 de Novembro de 2005.

8 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

#### Curriculum vitae

Jorge Manuel dos Santos Vaz de Carvalho.  
 Nascido no Montijo, em 28 de Novembro de 1955.  
 Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Estudos Portugueses e Ingleses) pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, em 1989, concluiu o mestrado em Literaturas Comparadas na Universidade Nova de Lisboa com a mais alta classificação, defendendo tese sobre a obra de Teolinda Gersão.  
 Subdirector do IELT — Instituto de Estudos de Literatura Tradicional.  
 Membro do Centro de Estudos Americanos da Universidade Aberta de Lisboa.  
 Professor de Português do ensino secundário durante nove anos, entre 1975 e 1984.